

“DOM BENEVIDES”: A ESCOLA FAZ CEM ANOS

Rosana Areal de Carvalho

“A escola faz cem anos” propõe a construção narrativa da história de uma escola pública situada em Mariana – MG, Escola Estadual “Dom Benevides”, criada pelo decreto n. 2.572, de 06 de julho de 1909, então denominada Grupo Escolar de Mariana. Ainda em funcionamento, abrange turmas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Trata-se de uma pesquisa com o objetivo de desvendar o espaço de memória representado pela escola, criada num contexto peculiar: cidade interiorana, de raízes coloniais; em meio à consolidação da república brasileira; recente transferência da capital da Província, antes em Ouro Preto, para Belo Horizonte. Pretende-se dar visibilidade à escola a partir das elaborações e articulações estabelecidas por seus membros – indivíduos e grupos – como resposta às pressões e estímulos internos e externos ao ambiente escolar.

Considerando a amplitude deste objeto – instituição escolar – que abrange tantos outros como professores, alunos, recursos pedagógicos, processos de aprendizagem, legislação, estrutura física etc; assim como inúmeros temas, propôs-se, para esta primeira etapa, ainda em andamento, a contextualização da criação da escola e a compreensão acerca dos sujeitos sociais que primeiro ocuparam e construíram esse ambiente. Que escola os documentos nos revelam? Que papel, que funções sociais cumpria a escola durante as primeiras décadas do século XX? A quem se destinava a escola pública? Que formação pretendia a escola desenvolver na comunidade escolar? Que idade tinha seus alunos? Quem eram seus professores – pertenciam à sociedade local ou vinham de outras regiões? Que colaboração prestava a escola aos interesses do Estado? Que objetivos visava a

criação do Grupo Escolar de Mariana? O que significa a criação de uma escola pública no contexto já explicitado?

Para essa fase inicial da pesquisa, estabelecemos como recorte cronológico o período que vai de 1909, ano da inauguração da escola, que inicia suas atividades no mesmo prédio da Câmara e Cadeia de Mariana; a 1926, quando a escola é transferida para um prédio próprio, onde funciona até hoje. O prédio, por si só, constitui também um documento histórico. Sofreu apenas uma reforma, durante os anos 60, apresentando-se em estado precário, atualmente.

A educação pública no Brasil, muito especialmente a partir do final do século XIX, torna-se um projeto do Estado. Compreender, pois, o cenário político do país frente à recente instalação da República e, muito especialmente nas primeiras décadas do século XX, à ascensão das oligarquias estaduais e a disputa pelo governo central, é fundamental. No entanto, como bem frisa NAGLE (1978:261)ⁱ, 1889 e 1930 são “simples marcos cronológicos”, não “significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro”. O que nos remete a um recorte específico para o objeto com o qual estamos trabalhando, em que pese outros marcos, como o é a Reforma de 1906, no governo de João Pinheiro, que instalou os grupos escolares no Estado de Minas Gerais.

O presente texto tem caráter exploratório e inicial, no molde de um relatório parcial, tendo em vista o estado atual da pesquisa. Apresenta-se em três partes: 1^a. parte – Sobre o acervo documental que está sendo trabalhado; 2^a. parte – Alguns dados já recolhidos; 3^a. parte – Reflexões, perspectivas e expectativas para a continuidade do trabalho.

1^a. parte: visão panorâmica dos documentos aos quais tivemos acesso

1. Acervo da Escola Estadual Dom Benevides

A escola manteve, ainda que em precárias condições, um acervo que está em fase de limpeza e catalogação. Compõe-se, até agora, pois não está descartada a possibilidade de serem encontrados outros livros (inclusive em posse de particulares) de 71 livros, na sua maioria no formato de livro de atas. Os assuntos abordados são, principalmente: livros de ponto – professores e funcionários; Caixa Escolar, com balancetes e atas de reuniões do Conselho; frequência dos alunos e atividades escolares; termos de posse (1909 a 1964; 1964 a 1994); atas de reunião de professores; atas das visitas dos inspetores e instalação das bancas para exames finais; inventários – de 1909 a 1936; “Orientações para o ensino da lei nova”, cuja data ainda não foi identificada, possivelmente referindo-se à Reforma Francisco Campos; livros de correspondências; projetos da escola em 1939; livros de matrícula.

O livro “Termo de Posses”, de 1909 a 1964, revela os primeiros professores a iniciarem as atividades da escola. Por meio deste livro podemos identificar a existência das escolas isoladas na cidade e redondezas, das quais foram removidas as professoras, em sua expressiva maioria, para o recém criado Grupo Escolar de Mariana.

Tendo o número de professoras em atividade no estabelecimento, podemos inferir outros dados como o número de cadeiras. As informações têm também a característica de despertar para a busca de outras informações: qual a origem dessas professoras? Formaram-se onde? À época, já havia uma escola normal em Mariana e outra em Ouro Preto. Pela proximidade, inferimos que essas escolas devem ter formado a maioria das normalistas que atuavam na cidade e região.

A partir do mesmo livro podemos identificar um procedimento bastante comum que implica na presença de professoras substitutas, dado um acentuado movimento de licenças. Tal informação pode ser cruzada com as correspondências encontradas no acervo do Arquivo Público Mineiro.

Dos documentos pertencentes ao acervo da escola ainda encontramos informações sobre o calendário escolar, o número de alunos matriculados e a frequência. Quanto aos alunos temos registros sobre a instalação das bancas de exame, aprovações e reprovações.

2. Acervo do Arquivo Público Mineiro - APM

Dentre os documentos disponíveis neste acervo, queremos destacar duas classes: as correspondências e os relatórios dos inspetores de ensino.

Identificamos uma intensa troca de correspondência relativa às faltas e licenças, sempre acompanhadas de pedido e justificativa do funcionário. Em alguns casos, encontramos um pedido do diretor da escola ou de alguém influente, como em 1914, do Dr. Gomes Freire, intercedendo a favor do solicitante. Chegando à Secretaria do Interior, as correspondências eram vistoriadas e encaminhadas por uma diretoria ao Secretário do Interior, denunciando uma burocracia que levava a variações no atendimento aos pedidos. Por exemplo: um pedido de licença e abono de faltas feito no dia 21 de agosto de 1914, passou pela diretoria da Secretaria do Interior em 26 de setembro e o despacho final se deu em 30 de outubro de 1914. Os pedidos de licença envolviam professores e serventes.

Quanto aos relatórios dos inspetores técnicos, são de uma riqueza peculiar. No entanto, a existência dos relatórios pressupõe, em princípio, que tenham sido redigidos e enviados. Nesse sentido, há uma imensa variedade quanto aos procedimentos, estrutura e volume dos relatórios, dependendo de cada inspetor. No caso do Grupo Escolar de Mariana tivemos acesso a poucos e exíguos relatórios que, entretanto, têm sua contribuição.

Por outro lado, ao trabalharmos com acervos diferentes, um exercício principal é o cruzamento de dados. Nos livros de posse do acervo da escola, encontramos sempre a referência a um inspetor municipal. Com a ausência de relatórios de inspetores no acervo do APM surgiu a pergunta: onde estão esses relatórios? Estão

no livro de inspeção da escola ou estão no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana?

2ª. parte: Alguns dados recolhidos nos acervos ou alguns “achados”

Ao longo do ano de 1914 encontramos, nos documentos da própria escola, referências a uma nova denominação da escola – Grupo Escolar “Dr. Gomes Freire”. Gomes Freire de Andrade era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, à época, ainda clinicava em Mariana, além de ocupar o cargo de Presidente da Câmara Municipal, como nos atestam correspondências por ele emitidas ao então Secretário do Interior, intercedendo por uma licença para paciente sua, em papel timbrado do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

No entanto, ao longo deste ano e seguintes ainda encontramos o uso da denominação Grupo Escolar de Mariana. Qual teria sido o motivo da utilização de uma dupla denominação? Sabemos não ser comum homenagear, ainda em vida, com o nome em prédios públicos. A que se deveu o caso? Teria havido alguma resistência à homenagem? Os documentos que até agora consultamos – oficiais – não nos responderam estas questões.

Outra denominação viria mais adiante – Grupo Escolar “Dom Benevides”. Para justificar esta nova denominação esperamos não encontrar muitas dificuldades, tendo em vista o peso que a religião, em especial a Igreja Católica, sempre exerceu em Mariana. FARIA FILHOⁱⁱ, num estudo sobre os grupos escolares na capital mineira, para o mesmo período, comenta que, inicialmente, os grupos escolares foram identificados por ordem numérica (1º. Grupo Escolar, 2º. Grupo Escolar etc.). Entretanto, logo receberam uma nova denominação, agora em franca homenagem à memória republicana. Já o grupo noturno recebeu uma denominação que indica “o espírito religioso que animava a defesa republicana de educação para os mais

pobres”.

Nas correspondências pesquisadas, merece atenção o número de pedidos de licença. Qual a porcentagem disto no computo geral? Gerava prejuízos para o processo de ensino? Como isso era visto pela comunidade escolar? É possível relacionar tais pedidos com as pesquisas mais recentes acerca da saúde do profissional da educação?

3ª. parte: Reflexões, perspectivas e expectativas

O processo de modernização escolar, iniciado em 1906 com a Reforma do Ensino encaminhada pelo então Presidente do Estado Dr. João Pinheiro, tem na organização dos grupos escolares um destacado procedimento. Mais do que uma simples reunião das escolas isoladas, o grupo escolar marca definitivamente a estrutura da educação no estado, combinando uma maior disciplinarização do corpo docente e do corpo discente.

Iniciada a instalação dos grupos escolares na capital, constatamos que quase imediatamente o processo se estende a outras regiões do estado, como é o caso de Mariana que, já em 1909, ganha seu primeiro grupo escolar cujo funcionamento não vai fugir à regra de outros estabelecimentos de ensino criados à época: vai funcionar no melhor prédio público – a Câmara Municipal. Segundo Faria Filho, citando Nelson de Senna, num artigo de 1911: “São 89 os grupos existentes nas mais importantes localidades mineiras, e tendo os mesmos adquirido a maior simpatia do povo, educadores e autoridades dos municípios. Há uma verdadeira emulação nas diversas zonas do Estado por obterem do Governo a criação de novos grupos.”ⁱⁱⁱ

Os professores que iniciam as atividades do Grupo Escolar vieram, em sua maioria, removidos de cadeiras isoladas, indicando um processo de desativação destas em favor daquele. Entretanto, estas não desapareceram por completo pois nos distritos a existência das escolas isoladas era a única maneira da população ter acesso às primeiras letras.

Nesta fase inicial de pesquisa, os dados encontrados nos remetem a variados campos de análise. Já mencionamos o campo da saúde profissional. Outro campo seria o estudo de gênero e a profissão docente. De 1909 até 1926, entre diretores e professores, identificamos 26 profissionais. Dentre estes encontramos três profissionais do sexo masculino, sendo os dois primeiros diretores da escola e um professor. O restante, ou seja, expressiva maioria – 23 profissionais, 88,5%, eram mulheres.

Outras questões se impõem para a continuidade do trabalho. Seria possível estabelecer “ciclos de vida” para essa escola? Que semelhanças e/ou diferenças é possível traçar entre a história educacional local e de outras regiões do Brasil? Delinear a história de uma instituição escolar é também dar voz a um conjunto de indivíduos que compuseram essa história: alunos, professores, funcionários, comunidade.

Trata-se de recuperar uma memória coletiva que reúne representações diversas, vários olhares e significados. A forma narrativa não implica uma história linear pois esta não dá conta de refletir a complexidade de uma instituição que responde a influências internas e externas, que cria e elabora outras tantas, e que constrói sua identidade a partir de uma intrincada rede de relações sociais e políticas. Não se trata de alcançar uma totalidade ou “uma essência institucional a ser descrita”, mas sim uma interpretação. “... a história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional.”^{iv}

O presente trabalho é pioneiro na região e entendemos que abre espaço para debates e maior compreensão acerca da educação brasileira, tanto na perspectiva historiográfica quanto pedagógica. Pretendemos também que se constitua num incentivo para a recuperação e a produção de fontes para a história da educação mineira.

Paralelo às pesquisas, estamos envolvidos num profícuo debate com vistas à construção de um arcabouço teórico-metodológico para melhor compreensão de nosso objeto. Sabemos que partimos de um conjunto de conceitos que nos remetem à História Social da Cultura. Por outro lado, estamos envolvidos num objeto particular que, ao mesmo tempo, nos remete para uma história senão nacional, pelo menos regional. Portanto, a produção historiográfica recente tem nos dado pistas acerca desse objeto e da trama que o rodeia.

Sendo assim, estamos percorrendo um caminho de mão dupla: a construção teórica e a pesquisa documental. O produto disso, sabemos, contribuirá para compor o mosaico que se está construindo acerca da história da educação no Brasil.

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho - Depto. Educação – UFOP

Vinicius Leal Faria – graduando em História - UFOP

ⁱ NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris(org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições 1889-1930*. 2ed. RJ/SP: Difel, 1978, pp259-291. Col. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 2º. volume

ⁱⁱ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000, p.50.

ⁱⁱⁱ Nelson de Senna, in: FARIA FILHO, op. cit., p.56.

^{iv} WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados:HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p.14.